

21/05/2013

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 115.043 MINAS GERAIS

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
RECTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
PACTE.(S)	: LEIDE DAIANE DA SILVA
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

E M E N T A

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. DIREITO PENAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REPROVABILIDADE DA CONDUTA.

1. Avalia-se a pertinência do princípio da insignificância, em casos de pequenos furtos, a partir não só do valor do bem subtraído, mas também de outros aspectos relevantes da conduta imputada.

2. Não tem relevância o princípio da insignificância se o crime de furto é praticado mediante abuso de confiança, causando não somente dano patrimonial, mas igualmente violação da privacidade e da intimidade da vítima.

3. Recurso ordinário em *habeas corpus* a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 21 de maio de 2013.

RHC 115043 / MG

Ministra Rosa Weber
Relatora

21/05/2013

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 115.043 MINAS GERAIS

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
RECTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
PACTE.(S)	: LEIDE DAIANE DA SILVA
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

R E L A T Ó R I O

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por Leide Daiane da Silva contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no *Habeas Corpus* 235.507/MG.

A Recorrente foi denunciada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais como incurso nas sanções do art. 155, § 4º, inciso II, do Código Penal, por ter, no dia 16.5.2011, supostamente subtraído um aparelho de celular. No dia dos fatos, Leide teria se dirigido à casa de Rosângela de Oliveira Martins Goulart e, aproveitando-se da relação de confiança entre elas estabelecida, subtraiu a *res furtiva* no momento de distração da vítima.

Com o intento de aplicar o princípio da insignificância ao caso, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que denegou a ordem.

O Superior Tribunal de Justiça igualmente denegou o HC 235.507/MG, nos termos da seguinte ementa:

“HABEAS CORPUS. FURTO DE APARELHO CELULAR. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Para a incidência do princípio da insignificância, são necessários a mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do

RHC 115043 / MG

comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada. Precedentes do STF.

2. Na hipótese, a conduta perpetrada não pode ser considerada irrelevante para o Direito Penal. A ação revela lesividade suficiente para justificar a persecução penal, reconhecendo-se a ofensividade do comportamento, uma vez que, o paciente, aproveitando-se da boa-fé da vítima, apropriou-se do bem móvel, tendo, inclusive, revendido o aparelho celular.

3. Ordem denegada”.

Neste recurso ordinário, a Defesa insiste na falta de justa causa para a instauração da ação penal, por ser o caso de aplicação do princípio da insignificância. Destaca o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento da Recorrente e a inexpressividade da lesão jurídica provocada, sobretudo porque o celular, avaliado em R\$ 80,00 (oitenta reais), foi restituído à vítima. Reputa ser penalmente irrelevante a conduta por ela perpetrada.

Requer seja reconhecida a atipicidade da conduta da Recorrente, pela aplicação do princípio da insignificância, com o consequente trancamento da ação penal.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida, manifestou-se pelo desprovimento do recurso ordinário.

É o relatório.

21/05/2013

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 115.043 MINAS GERAIS

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): O presente recurso ordinário em *habeas corpus* diz com a aplicação – ou não – do princípio da insignificância ao caso concreto.

Conforme relatado, a Recorrente foi denunciada por ter subtraído, em 16.5.2011, um aparelho de celular pertencente à Rosângela de Oliveira Martins Goulart. No dia dos fatos, Leide, na casa da vítima, aproveitando-se da relação de confiança entre elas estabelecida, teria subtraído a *res furtiva* em momento de distração de Rosângela.

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e o Superior Tribunal de Justiça entenderam não ser o caso de aplicação do princípio da insignificância, com o consequente trancamento da ação penal.

O furto envolveu bem avaliado em R\$ 80,00 (oitenta reais), correspondente a valor inferior ao do salário mínimo vigente à época dos fatos, de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).

Esta Suprema Corte, a princípio, tem admitido a aplicação do princípio da insignificância em casos envolvendo crimes de pequena dimensão. A conduta delitiva seria tão diminuta que não afetaria materialmente o bem jurídico protegido pela norma penal, sendo atípica da perspectiva material.

Tal entendimento encontra-se consubstanciado em diversos acórdãos desta Suprema Corte:

“A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.” (HC 109.739/SP – Rel. Min. Carmen Lúcia – 1ª Turma do STF – un. - j. 13.12.2011 – Dje-032, de 13.02.2012)

“O princípio da insignificância - que deve ser analisado em

RHC 115043 / MG

conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.” (RHC 107264/DF – Rel. Min. Celso de Mello – 2ª Turma – un. – j. 19.04.2011 – Dje-232, de 06/12/2011)

A doutrina majoritária tem se posicionado no sentido de que o princípio da insignificância afeta a tipicidade material. Por todos, considerando a torrencial doutrina existente sobre o tema, cito o eminente e saudoso Ministro Francisco de Assis Toledo:

“Note-se que a gradação qualitativa e quantitativa do injusto referida inicialmente (supra, n. 123), permite que o fato penalmente insignificante seja excluído da tipicidade penal, mas possa receber tratamento adequado – se necessário – como ilícito civil, administrativo etc., quando assim o exigirem preceitos legais ou regulamentares extrapenais.” (TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2002, p. 134).

O princípio da insignificância também encontra fundamento nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Impor prisão ou condenação criminal por crimes de diminuta dimensão não se justifica por sua desproporcionalidade.

Nessa linha, alguns julgados desta Corte, entre eles o seguinte da lavra do eminente Ministro Ayres Britto:

“Reiteradas vezes este Supremo Tribunal Federal debateu o tema da insignificância penal. Oportunidades em que me posicionei pelo reconhecimento da insignificância penal como expressão de um necessário juízo de razoabilidade e proporcionalidade de condutas que,

RHC 115043 / MG

embora formalmente encaixadas no molde legal-punitivo, materialmente escapam desse encaixe.” (HC 109.277/SE – Rel. Min. Ayres Britto – 2ª Turma – un. – j. 13.12.2011 – DJe-036, de 17.2.2012).

De todo modo, qualquer que seja a base jurídica para a aplicação do princípio da insignificância, a pontual atenuação do rigor da lei em crimes de diminuta expressão é medida necessária sob pena da criação de situações de acentuada injustiça e da incômoda sensação de identificação da Justiça e do acusado com os personagens literários Inspetor Javert e Jean Valjean, da obra imortal de Victor Hugo.

No caso presente, porém, segundo o entendimento prevalecente da Turma, e ressalvada a compreensão diversa desta Relatora, que entende implicar, a insignificância, atipicidade material, não tem lugar a aplicação do princípio.

Embora não haja dúvidas sobre o valor ínfimo da *res furtiva*, correspondente a aproximadamente 15% do salário mínimo vigente à época dos fatos, há que considerar as demais circunstâncias da conduta, com relevo à sua prática mediante o abuso de confiança da vítima. Em seguida, a Recorrente teria vendido a *res furtiva* a um adolescente.

Presente, portanto, não só o dano patrimonial, mas igualmente a violação da privacidade e da intimidade da vítima, lesada em sua própria residência por pessoa de sua confiança.

Merece assim a conduta juízo de maior censura, por suas consequências e também por revelar maior culpabilidade do agente.

Atenta às circunstâncias da conduta, esta Suprema Corte, ao julgar a aplicação do princípio da insignificância em caso envolvendo a prática de furto simples, compreendeu que *“a conduta do paciente é dotada de certo grau de reprovabilidade, na medida em que perpetrada contra uma idosa de 67 (sessenta e sete) anos de idade”* (HC 111.7272/RS, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe-80 de 25.4.2012).

Nesse contexto, o Ministério Público Federal assevera que *“a conduta praticada mediante quebra de confiança denota elevado grau de reprovabilidade e não merece ser considerada irrelevante para o direito penal”*.

Em síntese, no presente caso, diante das circunstâncias concretas da

RHC 115043 / MG

conduta, praticada na residência da vítima e com abuso de confiança, não tem lugar o princípio da insignificância.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 115.043

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

RECTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PACTE.(S) : LEIDE DAIANE DA SILVA

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma negou provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 21.5.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Rosa Weber. Compareceu o Senhor Ministro Teori Zavascki para julgar processos a ele vinculados.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma